



# Prefeitura Municipal de Curitiba

Curitiba, 1

## MENSAGEM Nº 033

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e  
Excelentíssimos Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024 prevê a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Curitiba, de 5 de abril de 1990.

O Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2024, está f estabelecidas na Lei Municipal nº 16.362, de 28 de junho de 2024 - Lei de Diretrizes Orç atualização, a qual determina a aplicação dos recursos municipais nas diversas áreas de principalmente àquelas asseguradas pela Constituição Federal de 1988 e irá priorizar a corres Plurianual 2022/2025.

De acordo com o que estabelece o art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e o "f", do inciso III, do art. 4º e o art. 44, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Es disponibilizados desde o dia 1º de abril a 28 de junho de 2024, as Consultas e Debates Públi Administrações Regionais, sobre a Proposta da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o o 2025, as quais foram apresentadas para a população em Audiência Pública, disponibilizado de : de setembro de 2024.

O demonstrativo da Evolução da Receita e da Despesa, apresentado no Projeto de Lei Orçamer manutenção do equilíbrio fiscal, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Trinta dias antes do envio deste Projeto de Lei, foram encaminhados à Câmara Municipal de C estimativas da receita municipal para 2025, com as respectivas memórias de cálculo, inclu líquida, em atendimento ao art. 12, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 - Lei de R conforme Ofício nº 165/2024-EM, datado de 26 de agosto de 2024, os quais foram elaborad fatores, como as alterações no cenário econômico e nas políticas adotadas pelo Governo Fede últimos cinco anos, as atualizações monetárias com base em índices oficiais e outros fator vegetativo da arrecadação, as atualizações cadastrais, e a média anual de crescimento real sob do Município.

As Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, compreendem os tributos munic o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis Renda - Retido na Fonte - IRRF, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, T Poder de Polícia, Taxas pela Prestação de Serviços, dentre outras.

As Receitas de Contribuições Sociais compreendem as efetuadas pelos servidores ativos e a Contribuição Própria de Previdência e a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

As Receitas Patrimoniais compreendem as Receitas Imobiliárias, Receitas de Valores Mobiliários, Delegações, Concessões, Permissões, Autorização ou Licença de Serviços Públicos, baseadas em remuneração de depósitos bancários, exploração de recursos naturais e o seu crescimento indicadores econômicos e taxas de remuneração do capital aplicado.

As Receitas de Serviços decorrem da exploração de serviços da venda de produtos do Armazém administrativos, recreativos, serviços de cemitério e outros.

As Transferências Correntes compreendem as Transferências Constitucionais, os Repasses Funes e Termos de Compromisso, Transferências Multigovernamentais e as Transferências de Pessoa Jurídica. As principais receitas de Transferências Constitucionais correspondem a Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, Cota-parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

As Transferências Multigovernamentais correspondem aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Essas receitas considerando os Índices de Participação do Município nas receitas da União e do Estado, e com base na legislação existente e projetos a serem executados no exercício financeiro de 2025.

Outras Receitas Correntes estão compostas por Multas previstas em legislação específica do Município, Restituições e Receitas Diversas, e a estimativa se dá com base na evolução histórica da arrecadação.

As Receitas de Capital compreendem as Operações de Crédito Internas e Externas, Alienação de Capital e Outras Receitas de Capital e foram projetadas de acordo com projetos existentes no exercício financeiro de 2025.

As Receitas Intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, não representando novas receitas, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos e são classificadas em Receitas Intraorçamentárias e Receitas de Capital Intraorçamentárias. Para essas receitas foram estimadas as Receitas Correntes Intraorçamentárias.

A proposta orçamentária mantém a desvinculação de trinta por cento das receitas das Fontes de Recursos Próprios do Fundo Municipal do Meio Ambiente, 507 - COSIP - Contribuição de Iluminação e Gerenciamento do Trânsito, as quais foram destinadas à Fonte 016 - Desvinculação das Receitas de Iluminação condicionadas a sua continuidade através Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2006.

Na fixação das despesas foram considerados os fatores que causam alterações na economia, expectativa inflacionária para as despesas que visam atender aos Programas de Governo e as principais despesas de caráter continuado, bem como as disponibilidades orçamentárias, conforme a seguinte distribuição:

Despesas com Pessoal - fixado pela política de recursos humanos adotado nesta gestão, conforme a seguinte distribuição:

Despesas de Custeio - a execução dos serviços que o Município coloca à disposição da população para educação, iluminação pública e atendimento nas demais áreas necessárias ao pleno funcionamento do Município;

Despesas de Capital - investimentos que são ofertados à população, como obras, instalações e melhorias aplicadas na infraestrutura urbana, bem como inversões financeiras e amortização de

No processo de planejamento e orçamento para o exercício de 2025, foram observadas as det Portaria SOF/SETO/ME nº 42, de 14 de abril de 1999 e suas atualizações, na Portaria STN/M de 2023, que aprova a 14ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, na Portaria Co de 11 de dezembro de 2023, a Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de dezembro de 202 nº 1.568, de 11 de dezembro de 2023, as quais aprovam a 10ª Edição do Manual de Contabili Público - MCASP e suas atualizações, e na Instrução Técnica nº 20, de 23 de maio de 2003, Tribunal de Contas do Estado do Paraná -TCE-PR, as quais estabelecem orientações sobre Receita e da Despesa da Administração Pública.

A classificação e a nomenclatura das receitas orçamentárias foram elaboradas observando os do Ministério da Economia STN nº 831, de 7 de maio de 2021 e suas atualizações e o Plano d Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Foi observado o contido na Instrução Normativa nº 36, de 27 de agosto de 2009, do TCE procedimentos para atendimento efetivo ao cumprimento da absoluta prioridade à criança Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, a qual modifica o art. 227, da Constit assegurados interesses da juventude. As garantias dos direitos da pessoa idosa, foram assegu 230 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações, e a

As receitas previstas e as despesas fixadas por fonte de recursos estão em harmonia e equ dotações de investimentos para 2025 foram previstas com valores iniciais para sua ex suplementadas na execução orçamentária, por meio de Superávit Financeiro, Excesso de Arrec de Créditos aprovadas, aumentando dessa forma o valor do orçamento atualizado.

O quadro a seguir demonstra a compatibilidade da programação dos orçamentos com o Anex constante na Lei Municipal nº 16.362, de 2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 e alt

**DEMONSTRATIVO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 2000 - LRF**

	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO 2023	ORÇADO 2024	PROVÁVEL 2024	ESTI 2025
1.	TOTAL DAS RECEITAS (1.1+1.2)	11.520.431.170	11.290.000.000	12.367.000.000	12.74
1.1	RECEITAS CORRENTES	11.200.718.256	10.939.010.000	11.847.349.000	12.08
	RECEITA DE IMPOSTOS,				
	T A X A S	E			
1.1.1	CONTRIBUIÇÕES DE	4.650.772.857	4.955.424.000	5.403.668.000	5.628
	MELHORIA				
	RECEITA DE				
1.1.2	CONTRIBUIÇÕES	591.779.599	614.615.000	658.598.000	690.7
1.1.3	RECEITA PATRIMONIAL	923.325.149	595.461.000	505.889.000	506.9
1.1.4	RECEITA DE SERVIÇOS	237.923.007	277.969.000	185.896.000	185.7
	TRANSFERÊNCIAS				
1.1.5	CORRENTES	4.430.308.057	4.213.521.000	4.723.641.000	4.785
	OUTRAS RECEITAS				
1.1.6	CORRENTES	366.609.586	282.020.000	369.657.000	291.6
1.2	RECEITAS DE CAPITAL	319.712.914	350.990.000	519.651.000	652.5
	OPERAÇÕES DE				
1.2.1	CRÉDITO	191.630.889	228.073.000	408.580.000	503.9
1.2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.284.028	0	11.106.000	0
	TRANSFERÊNCIAS DE				
1.2.3	CAPITAL	41.862.398	62.017.000	56.247.000	74.2
	DEMAIS RECEITAS DE				
1.2.4	CAPITAL	80.935.599	60.900.000	43.718.000	74.43

1.3	RECEITAS CORRENTES	1.354.672.050	1.642.000.000	1.702.053.000	1.760
	INTRAORÇAMENTÁRIAS				
	RECEITA DE IMPOSTOS,				
	T A X A S				
1.3.1	CONTRIBUIÇÕES	0	0	0	0
	MELHORIA				
	RECEITA				
1.3.2	CONTRIBUIÇÕES	614.464.629	636.045.000	694.882.000	735.3
	INTRAORÇAMENTÁRIAS				
	R E C E I T A				
1.3.3	PATRIMONIAL	7.685.019	7.200.000	6.924.000	6.480
	INTRAORÇAMENTÁRIA				
1.3.4	RECEITA DE SERVIÇOS	21.550.147	45.832.000	46.276.000	4
	INTRAORÇAMENTÁRIA				
	OUTRAS RECEITAS				
1.3.5	CORRENTES	710.972.255	952.923.000	953.971.000	971.4
	INTRAORÇAMENTÁRIAS				
	T O T A L				
2.	DESPESAS (2.1+2.2-2.4)	11.521.723.929	11.290.000.000	12.234.830.000	12.74
2.1	DESPESAS CORRENTES	11.234.712.535	11.555.193.000	12.197.009.000	12.69
2.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	5.692.767.536	6.307.000.000	6.293.796.000	6.720
	SOCIAIS				
2.1.2	JUROS E ENCARGOS DA	99.368.819	112.761.000	109.213.000	117.7
	DÍVIDA				
2.1.3	OUTRAS DESPESAS	5.442.576.180	5.135.432.000	5.794.000.000	5.858
	CORRENTES				
2.2	DESPESAS DE CAPITAL	1.644.138.453	1.099.065.000	1.739.874.000	1.433
2.2.1	INVESTIMENTOS	1.149.763.197	548.953.000	1.275.560.000	1.070
2.2.2	INVERSÕES	199.215.105	255.962.000	230.000.000	164.9
	FINANCEIRAS				
2.2.3	AMORTIZAÇÃO DA	295.160.151	294.150.000	234.314.000	197.6
	DÍVIDA				
2.3	DESPESA	1.357.127.059	1.642.000.000	1.702.053.000	1.760
	INTRAORÇAMENTÁRIA				
2.3.1	PESSOAL E ENCARGOS	607.199.822	642.145.000	694.882.000	73
	SOCIAIS				
2.3.2	JUROS E ENCARGOS DA	21.765.990	28.605.000	24.296.000	
	DÍVIDA				
2.3.3	OUTRAS DESPESAS	698.197.301	944.750.000	956.502.000	964.1
	CORRENTES				
2.3.4	INVESTIMENTOS	3.591.000	0	0	0
	AMORTIZAÇÃO DA				
2.3.5	D Í V Í D A	26.372.946	26.500.000	26.373.000	26.50
	/REFINANCIAMENTO				
	DA DÍVIDA				
	(-) DEDUÇÃO DA	1.357.127.059	1.642.000.000	1.702.053.000	1.760
2.4	DESPESA				
	INTRAORÇAMENTÁRIA				
3.	RESERVA	0	277.742.000	0	372.2
	CONTINGÊNCIA*				
	RESULTADO				
4.	ORÇAMENTÁRIO	1-2+-3.747.767	0	132.170.000	0
	(1.3-2.4)				

5.	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.622.189.467	0	856.167.000	0
6.	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO (4+5)	1.618.441.700	0	988.337.000	0

- 2023 valores empenhados.

#### DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO/NOMINAL

1,00		REALIZADO	ORÇADO	PROVÁVEL	ESTIMADO
	ESPECIFICAÇÃO 2023	2024	2024	2024	2025
7.	TOTAL DAS RECEITAS	12.875.103.221	12.932.000.000	14.069.053.000	14.502.000.0
7.1	TOTAL DAS RECEITAS (EXCETO FONTES RPPS)	10.738.533.952	10.653.538.000	11.606.790.000	12.042.430.0
	(-) APLICAÇÃO FINANCEIRA	548.127.444	425.288.000	331.187.000	327.674.000
	(-) OPERAÇÕES DE CRÉDITO	191.630.889	228.073.000	408.580.000	503.926.000
	(-) RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTOS E AMORTIZAÇÃO RECEITAS PRIMÁRIAS (SEM FONTES RPPS)	0	0	0	0
7.2	TOTAL DAS RECEITAS (COM FONTES RPPS)	9.998.775.619	10.000.177.000	10.867.023.000	11.210.830.0
7.3	RECEITAS (COM FONTES RPPS)	2.136.569.269	2.278.462.000	2.462.263.000	2.459.570.00
7.4	RECEITAS PRIMÁRIAS (COM RPPS)	1.882.673.545	2.139.142.000	2.324.939.000	2.320.370.00
8.	TOTAL DAS DESPESAS <sup>1</sup>	12.878.850.988	12.932.000.000	13.396.883.000	14.502.000.0
8.1	TOTAL DAS DESPESAS (EXCETO FONTES RPPS)	10.430.174.333	10.653.538.000	11.884.663.000	12.042.430.0
	(-) JUROS ENCARGOS DA DÍVIDA (SEM INTRA)	E99.438.570	112.761.000	109.213.000	117.715.000
	( - ) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	278.117.857	285.906.000	226.070.000	196.850.000

(-) CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS		280.000	280.000	280.000
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS)				
8.2	TOTAL DAS DESPESAS (COM FONTES RPPS)	10.052.617.906	10.254.591.000	11.549.100.000
8.3	DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS)	1.895.310.571	2.050.708.000	2.462.263.000
8.4	DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS)	1.878.536.842	2.043.976.000	2.043.976.000
RESULTADO PRIMÁRIO				
9.	(EXCETO FONTES RPPS) (7.2-8.2)	-53.842.287	-254.414.000	-682.077.000
9.1	RESULTADO PRIMÁRIO (COM FONTES RPPS) (7.4-8.4+9)	-49.705.584	-159.248.000	-401.114.000
10.	DÍVIDA CONSOLIDADA	1.427.797.793	1.759.565.889	1.865.171.117
11.	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-2.824.510.383	- 2.184.089.743	-2.594.131.429
12.	RESULTADO NOMINAL	- 338.070.415	-432.188.496	-230.378.954
Abaixo da linha				-454.919

As operações de crédito já autorizadas estão estimadas em R\$ 503.926.000,00 (quinhentos e trinta e sete mil e vinte e seis mil reais), para o exercício de 2025, detalhados da seguinte forma:

\* R\$ 27.224.000,00 (vinte e sete milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), como operação de crédito com o Banco de Fomento do Estado do Paraná - BFEPR, Lei Municipal nº 15.500/2019 destinados à implantação do Sistema de Risco Climático Bairro Novo do Caximba - Curitiba-PR;

\* R\$ 304.432.000,00 (trezentos e quatro milhões, quatrocentos e trinta e dois mil reais), do Bando de Desenvolvimento - BID, Lei Municipal nº 15.497/2019, destinados à execução do Projeto Aumento da Velocidade da Linha Direta Inter 2;

\* R\$ 172.270.000,00 (cento e setenta e dois milhões, duzentos e setenta mil reais), operação de crédito com o New Development Bank - NDB, Lei Municipal nº 15.658/2020, destinados à execução do Projeto Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste;

Para o Resultado Primário de 2025, o Município está prevendo um valor negativo em função das despesas com amortizações de recursos originários de operações de crédito e de aplicações financeiras maiores do que as receitas com amortizações e juros da dívida, apurado pela diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias.

Quanto à posição econômico-financeira do Município, salienta-se que a Lei Municipal nº 16.200 de 2023, estimou as receitas e fixou as despesas da Administração Municipal para o exercício de 2024, em R\$ 11.290.000.000,00 (onze bilhões, duzentos e noventa milhões de reais), com créditos adicionais abertos até 31 de julho de 2024, no valor total de R\$ 1.756.010.797,35 (um bilhão, setecentos e cinquenta e seis milhões, cento e dez mil e setecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos).

cinquenta e seis milhões, dez mil, setecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos). 13.046.010.797,35 (treze bilhões, quarenta e seis milhões, dez mil, setecentos e noventa e sete centavos).

A apropriação da receita descontando a intraorçamentária, até 31 de julho de 2024, somou R\$ bilhões, duzentos e dois milhões, seiscentos e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais correspondendo a 63,80% do valor previsto, enquanto que a despesa empenhada descontando mesmo período foi de R\$ 7.424.839.518,82 (sete bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões nove mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos), representando 65,76 % dos fixados, sendo que deste valor existe um saldo de exercícios anteriores empenhado no valor de R\$ 11.119.853,58 (um bilhão, cento e trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e três centavos).

**A Dívida Municipal apresenta-se da seguinte forma:**

1. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA EM 31/07/2024	R\$ 620.502.471,52
2. DÍVIDA FUNDADA INTERNA EM 31/07/2024	R\$ 977.823.052,82
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.598.325.524,34</b>

<b>DÍVIDA FLUTUANTE EM 31/07/2024</b>	<b>R\$ 2.265.145.955,10</b>
---------------------------------------	-----------------------------

A Dívida Fundada Externa está constituída de:

<b>1 - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID</b>	<b>R\$</b>
- PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO	R\$
- BID IV - LINHA INTER II	
<b>2 - AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO - AFD</b>	<b>R\$</b>
- PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E AMPLIAÇÃO DA REDE INTEGRADA DE TRANSPORTE - RIT	R\$
- EMPREESTIMO AFD II - CONTRATO 1070	R\$
<b>3 - NDB-NEW DEVELOPMENT BANK</b>	<b>R\$</b>
- PROJETO AUMENTO DA CAPACIDADE E VELOCIDADE DO BRT DO EIXO LESTE-OESTE E SUL	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>

A Dívida Fundada Interna está assim distribuída:

<b>1 - AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A - AFPR</b>	<b>R\$ 11.795.961,12</b>
<b>2 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF</b>	<b>R\$ 342.167.205,63</b>
- COPA FIFA - 2014	R\$ 140.422.289,58
- CEF - PRÓ-MORADIA	R\$ 25.119.853,58
- FINISA	R\$ 176.625.062,32
<b>3 - BNDES</b>	<b>R\$ 11.814.549,38</b>
- BNDES	R\$ 11.814.549,38
<b>4 - BANCO DO BRASIL</b>	<b>R\$ 20.145.788,25</b>
- PAVIMENTAÇÃO ALTERNATIVA	R\$ 20.145.788,25
<b>5 - OUTRAS</b>	<b>R\$ 582.762.768,95</b>
- RPPS	R\$ 263.729.457,38

- PASEP	R\$ 162.041.156,46
- INSS	R\$ 6.866.953,25
- NOVAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 2.786.236,89
- LICENÇA PRÊMIO	R\$ 145.652.914,78
- COHAB	R\$ 1.686.050,19

<b>6 - INDIRETA</b>	<b>R\$ 9.136.779,49</b>
- PASEP	R\$ 9.136.779,49
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ <u>977.823.052,82</u></b>

Fonte: Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada 31/07/2024.

A Dívida Flutuante, assim se desdobra:

1 - RESTOS A PAGAR	R\$ 448.537.697,98
2 - DEPÓSITOS	R\$ 247.069.919,79
3 - OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.569.538.337,33
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ <u>2.265.145.955,10</u></b>

Em atendimento ao art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, demonstra-se abaixo o sado or Adicionais Especiais:

#### SALDOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS

Lei de Crédito Adicional Especial	Data da Lei	Saldo para reabertura de 2024	Valor reaberto até 31/07/2024	Saldo possível de reabertura de agosto a dezembro de 2024
16.213	13/09/2023	1.440.788,00	0,00	1.440.788,00
16.246	01/11/2023	845.324,14	0,00	845.324,14

O valor da Receita Corrente Líquida e os índices da Despesa com Pessoal e Reserva de Cont 2025, apresentam-se a seguir:

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>R\$ 1,00</b>
<b>Especificação da Receita</b>	<b>Valor</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.089.418.000,0</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.628.654.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	690.712.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	506.923.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	185.762.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.785.688.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	291.679.000,00
<b>RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.760.000.000,00</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	735.396.000,00
RECEITA PATRIMONIAL INTRAORÇAMENTÁRIA	6.480.000,00



RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIA	46.672.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	971.452.000,00
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>2.466.013.000,00</b>
Contribuição do Servidor - Ativo Civil	349.828.000,00
Contribuição do Servidor - Inativo Civil	171.738.000,00
Contribuição de Pensionista Civil	13.906.000,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil ao RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais	240.000,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil ao RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais	0,00
Receita Imobiliária - Aluguel de Imóveis Urbanos	721.000,00
Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	138.480.000,00
Compensação Previdenciária entre RG e RPPS	31.100.000,00
Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.760.000.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (LC 101/2000)</b>	<b>11.383.405.000,0</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>11.383.405.000,0</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22)	24.000.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>11.359.405.000,0</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL MUNICIPAL (LCM N. 101/2017)</b>	<b>11.359.169.000,0</b>

Base Legal: Lei Complementar 101/2000, Instrução Normativa 174/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e Lei Complementar Municipal 101/2017.

## ÍNDICES EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS CONFORMES LRFM R\$ 5.090.033.000,00 44,81%

RESERVA DE CONTINGÊNCIA - ORÇAMENTO FISCAL R\$ 116.920.000,00 1,03%

DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA - LRFM R\$ 26.669.000,00 0,23%

Despesa com pessoal - total consolidado (Poder Executivo e Legislativo).

A seguir, a previsão da Receita e a fixação da Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2025:

## RECEITA MUNICIPAL

<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 12.089.418.000,00</b>
- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 5.628.654.000,00
- Receitas de Contribuições	R\$ 690.712.000,00
- Receita Patrimonial	R\$ 506.923.000,00
- Receita de Serviços	R\$ 185.762.000,00
- Transferências Correntes	R\$ 4.785.688.000,00
- Outras Receitas Correntes	R\$ 291.679.000,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 652.582.000,00</b>
- Operações de Crédito	R\$ 503.926.000,00

- Transferências de Capital	R\$ 74.218.000,00
- Outras Receitas de Capital	R\$ 74.438.000,00
<b>RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 1.760.000.000,00</b>
- Receita de Contribuições Intraorçamentária	R\$ 735.396.000,00
- Receita Patrimonial Intraorçamentária	R\$ 6.480.000,00
- Receita de Serviços Intraorçamentária	R\$ 46.672.000,00
- Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias	R\$ 971.452.000,00
	<b>R\$ 14.502.000.000,00</b>

#### SUBTOTAL

R\$ (1.760.000.000,00)

#### (-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias

**R\$ 12.742.000.000,00**

#### TOTAL

### DESPESA MUNICIPAL

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 12.696.549.000,00</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 6.720.000.000,00
- Juros e Encargos da Dívida	R\$ 117.715.000,00
- Outras Despesas Correntes	R\$ 5.858.834.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b><u>1.433.187.000,00</u></b>
	<b>R\$</b>

- Investimentos	R\$ 1.070.584.000,00
- Inversões Financeiras	R\$ 164.967.000,00
- Amortização da Dívida	R\$ 197.636.000,00
	<b>(1.760.000.000,00)</b>

#### (-) DEDUÇÃO DA DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA R\$

(-) Pessoal e Encargos Sociais	R\$ (736.387.000,00)
(-) Juros e Encargos da Dívida	R\$ (33.005.000,00)
(-) Outras Despesas Correntes	R\$ (964.108.000,00)
(-) Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida	R\$ (26.500.000,00)

<b>RESERVAS</b>	<b>R\$ 372.264.000,00</b>
- Reserva de Contingência	R\$ 372.264.000,00
	<b>R\$ 12.742.000.000,00</b>

#### TOTAL

A consolidação da Despesa fixada por funções de governo é apresentada da seguinte forma:

%

### I - DESPESAS POR FUNÇÕES

01 - Legislativa	R\$ 245.000.000,00	1,92%
03 - Essencial à Justiça	R\$ 92.425.000,00	0,72%
04 - Administração	R\$ 985.470.000,00	7,73%
06 - Segurança Pública	R\$ 255.188.000,00	2,00%
08 - Assistência Social	R\$ 545.892.000,00	4,28%

09 - Previdência Social	R\$	3.095.940.000,00	24,29%
10 - Saúde	R\$	3.065.848.000,00	24,06%
11 - Trabalho	R\$	5.120.000,00	0,04%
12 - Educação	R\$	2.745.137.000,00	21,54%
13 - Cultura	R\$	92.101.000,00	0,72%
14 - Direitos da Cidadania	R\$	2.607.000,00	0,02%
15 - Urbanismo	R\$	1.470.310.000,00	11,54%
16 - Habitação	R\$	76.730.000,00	0,60%
17 - Saneamento	R\$	443.167.000,00	3,48%
18 - Gestão Ambiental	R\$	302.214.000,00	2,37%
19 - Ciência e Tecnologia	R\$	410.000,00	0,03%
22 - Indústria	R\$	250.000,00	0,02%
23 - Comércio e Serviços	R\$	61.721.000,00	0,48%
27 - Desporto e Lazer	R\$	74.801.000,00	0,58%
	R\$	569.405.000,00	4,47%
28 - Encargos Especiais			
99 - Reserva de Contingência	R\$	372.264.000,00	2,92%
(-) Dedução da Despesa Intraorçamentária	R\$ -	1.760.000.000,00	-13,81%
	<b>R\$</b>	<b><u>12.742.000.000,00</u></b>	<b><u>100,00%</u></b>
<b>TOTAL</b>			

Os demonstrativos da Receita e da Despesa inerentes ao Orçamento de Investimento das em sociedade de economia mista, apresentam-se a seguir:

#### **I - RECEITA**

- Receitas do Tesouro - Recursos Livres	R\$	20.000.000,00
- Receitas Próprias	R\$	1.000.000,00
	<b>R\$</b>	<b><u>21.000.000,00</u></b>
<b>TOTAL</b>		

#### **II - DESPESA**

<b>55000</b> - Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB-CT	R\$	17.750.000,00
<b>56000</b> - URBS - Urbanização de Curitiba S.A.	R\$	3.000.000,00
<b>57000</b> - Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A	R\$	50.000,00
<b>58000</b> - Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A	R\$	200.000,00
	<b>R\$</b>	<b><u>21.000.000,00</u></b>
<b>TOTAL</b>		

Ao submeter a Lei Orçamentária Anual à apreciação das Senhoras Vereadoras e dos Senhores <sup>1</sup> cumpre seu papel institucional e apresenta à sociedade, de modo detalhado, as áreas em recursos do Município, distribuídos em obras e ações previamente pactuadas com toda a s alinhadas ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Rafael Valdomiro Greca de Macedo

**Prefeito de Curitiba**

A Sua Excelência o Senhor

**Vereador Marcelo Fachinello**

Presidente da Câmara Municipal de Curitiba

Curitiba - PR

## **PROPOSIÇÃO Nº 013.00004.2024**

### **Projeto de Lei Ordinária: Leis Orçamentárias**

#### **EMENTA**

**Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Curitiba para o exercício financeiro de 2025.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, e o Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

#### **TÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Curitiba para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:

I - Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, incluídos os órgãos e entidades da Administração Municipal;

II - Orçamento da Seguridade Social, composto pelas entidades e órgãos vinculados à saúde, previdência;

III - Orçamento de Investimento, o qual abrange as empresas em que o Município, direta ou indiretamente, possua a maioria do capital social com direito a voto.

#### **TÍTULO II**

##### **DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º A Receita Total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de **R\$ 12.742.000,00**, compreendendo a arrecadação de tributos próprios e transferidos, contribuições e demais receitas correntes e de capital, de acordo com a legislação vigente e de acordo com cada orçamento:

I - A Receita do Orçamento Fiscal é de **R\$ 10.538.493.000,00**, conforme o desdobramento:

##### **1. RECEITAS CORRENTES**

**R\$ 9.898.906,00**

Receita Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 5.628.654.000,00	
Receitas de Contribuições	R\$ 155.000.000,00	
Receita Patrimonial	R\$ 340.186.000,00	
Receita de Serviços	R\$ 185.762.000,00	
Transferências Correntes	R\$ 3.335.539.000,00	
Outras Receitas Correntes	R\$ 253.765.000,00	
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>R\$ 639.587.000</b>
Operações de Crédito	R\$ 503.926.000,00	
Transferências de Capital	R\$ 61.223.000,00	
Outras Receitas de Capital	R\$ 74.438.000,00	
<b>3. RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>R\$ 6.955.</b>
Receitas de Serviços Intraorçamentária	R\$ 2.510.000,00	
Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias	R\$ 4.445.000,00	
<b>4. DEDUÇÕES DA RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>		<b>R\$ (6.955.0)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 10.538.493.</b>

II - A Receita do Orçamento da Seguridade Social é de **R\$ 2.203.507.000,00**, conforme o seguinte

<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>		<b>R\$ 2.190.51</b>
Receitas de Contribuições	R\$ 535.712.000,00	
Receita Patrimonial	R\$ 166.737.000,00	
Receita de Serviços	R\$ 0,00	
Transferências Correntes	R\$ 1.450.149.000,00	
Outras Receitas Correntes	R\$ 37.914.000,00	
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>R\$ 12.995.00</b>
Transferências de Capital	R\$ 12.995.000,00	
<b>3. RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>R\$ 1.753.045</b>
Receita de Contribuições Intraorçamentárias	R\$ 735.396.000,00	
Receita Patrimonial Intraorçamentária	R\$ 6.480.000,00	
Receita de Serviços Intraorçamentária	R\$ 44.162.000,00	
Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias	R\$ 967.007.000,00	
<b>4. DEDUÇÃO DA RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>		<b>R\$ (1.753.045)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>- - -</b>	<b>R\$ 2.203.507</b>

III - A totalização da Receita dos Orçamentos é de R\$ 12.742.000.000,00, conforme o seguinte

1. RECEITA DO ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 10.538.49
2. RECEITA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 2.203.507
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 12.742.0</b>

## CAPÍTULO II

### DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º A Despesa Total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de **R\$ 12.74** nos incisos deste artigo:

I - Orçamento Fiscal no valor de **R\$ 7.060.862.000,00**, distribuídos entre os seguintes órgãos or

<b>PODER LEGISLATIVO</b>		
01000 - CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	R\$	245.000.000,00
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
02000 - GOVERNO MUNICIPAL	R\$	242.508.000,00
03000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$	92.466.000,00
04000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	R\$	33.179.000,00
05000 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$	4.338.000,00
07000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO	R\$	135.762.000,00
08000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	R\$	59.903.000,00
09000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	R\$	2.747.167.000,00
10000 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	R\$	686.321.000,00
11000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	R\$	1.034.778.000,00
12000 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO	R\$	49.822.000,00
13000 - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	R\$	74.816.000,00
14000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO	R\$	473.721.000,00
18000 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	R\$	570.966.000,00
23000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$	1.449.041.000,00
24000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	116.920.000,00
25000 - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA	R\$	96.796.000,00
26000 - INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	R\$	29.941.000,00
27000 - INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO	R\$	14.790.000,00
28000 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA	R\$	85.626.000,00
30000 - FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA	R\$	109.041.000,00
32000 - FUNDO DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR DE CURITIBA	R\$	192.956.000,00
36000 - FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA DE CURITIBA	R\$	14.482.000,00
42000 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	R\$	435.000,00
49000 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	R\$	43.903.000,00
SUBTOTAL	R\$	8.604.678.000
DEDUÇÃO DA DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	- R\$	(1.543.816.000)
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b><u>7.060.862.000</u></b>

II - Orçamento da Seguridade Social no valor de **R\$ 5.681.138.000,00**, distribuídos em orçamentários:

29000 - FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL	R\$	187.156.000,00
33000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	R\$	3.066.293.000,00
35000 - FUNDO MUNICIPAL PARA CRIANÇA E O ADOLESCENTE	R\$	35.542.000,00
37000 - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DEFICIENTE	R\$	2.499.000,00
38000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	127.863.000,00
44000 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	R\$	18.339.000,00
45000 - FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO	R\$	60.000,00

50000 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS	R\$	2.459.570.000,00
SERVIDORES DO MUNICÍPIO		
DE CURITIBA		
SUBTOTAL	R\$	5.897.322.000,00
DEDUÇÃO DA DESPESA	R\$	(216.184.000,00)
INTRAORÇAMENTÁRIA		
TOTAL	R\$	<u>5.681.138.000,00</u>

**III - A totalização da Despesa dos Orçamentos é de R\$ 12.742.000.000,00, conforme o segu**

1. DESPESA DO ORÇAMENTO FISCAL	R\$	7.060.862.000,00
2. DESPESA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	R\$	5.681.138.000,00
TOTAL	R\$	<u>12.742.000.000,00</u>

### **CAPÍTULO III**

#### **DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENT**

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares e as condições estabelecidas neste artigo:

I - Remanejar as dotações de despesas previstas no caput do art. 18, da Lei Complementar 1 maio de 2000, na mesma fonte de recurso da própria unidade orçamentária ou de uma para outra no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Remanejar as dotações nas respectivas categorias econômicas, exceto as despesas previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, quando envolver recursos da mesma fonte de recurso orçamentária e nos termos previstos no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - Suplementar as respectivas dotações, com recursos do superávit financeiro, apurado em exercício anterior, no limite do saldo verificado em cada fonte de recurso e nos termos previstos no art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - Suplementar as respectivas dotações, com recursos do excesso de arrecadação, verificado em recurso de cada unidade orçamentária, nos termos previstos no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

V - Suplementar as respectivas dotações, com recursos do excesso de arrecadação por tendência no inciso II, do § 1º e no § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VI - Suplementar as respectivas dotações, com recursos de operação de crédito, nos termos previstos no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VII - Suplementar as respectivas dotações para atender despesas com o serviço da dívida, sentença PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VIII - Utilizar a Reserva de Contingência como recurso de abertura de créditos adicionais.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares do total da despesa autorizada, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos previstos no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, excluídas as autorizações contidas nos arts. 1º a 4º.

Parágrafo único. As alterações orçamentárias envolvendo unidades orçamentárias distintas serão fixadas no caput deste artigo.

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares total da despesa, autorizada para cada Instituto, Fundação ou Fundo, que compõem os C Seguridade Social, nos termos previstos no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320

Art. 7º Os Créditos Adicionais Suplementares que se referem a esta lei, terão sua abertura elemento de despesa, identificador de uso, destinação de recursos e especificação das fontes d disposto no art. 6º, da Lei Municipal nº 16.362, de 28 de junho de 2024 - Lei de Diretrizes Orça

Art. 8º Os Créditos Adicionais Suplementares com indicação de recursos do Poder Legislativo do inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, poderão ser abertos até o lir autorizada, no âmbito do Poder Legislativo por Ato do Presidente da Câmara Municipal de Curi

Parágrafo único. O Poder Legislativo enviará, ao Poder Executivo, cópia do Ato a que se refê no prazo máximo de quinze dias, para que este proceda às devidas anotações em seus re; contábeis.

Art. 9º O Poder Executivo poderá proceder à suplementação das dotações orçamentária Legislativo no exercício financeiro de 2025, de forma a atingir o limite máximo definido consti relativos ao somatório das receitas efetivamente realizadas no exercício financeiro de 2024, cc 29-A, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Como recurso para suplementação de que trata o caput deste artigo, o Poder E os recursos enumerados no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**TÍTULO III**

**DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

**CAPÍTULO I**

**DAS FONTES DE FINANCIAMENTO**

Art. 10. O Orçamento de Investimento tem como fontes de receita, aquelas decorrentes de aumento de capital, conforme o art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a Lei C nº 33, de 21 de dezembro de 2000, e a Lei Municipal nº 12.439, de 18 de outubro de 2007 e geração de recursos próprios, as quais ficam estimadas conforme o seguinte desdobramento:

RECEITAS DO TESOURO - RECURSOS LIVRES	R\$	20.000.000,00
RECEITAS DE GERAÇÃO PRÓPRIA	R\$	<u>1.000.000,00</u>
TOTAL	R\$	<u><b>21.000.000,00</b></u>

**CAPITULO II**

**DA FIXAÇÃO DA DESPESA**

Art. 11. A Despesa do Orçamento de Investimento das empresas constituídas em sociedade valor de **R\$ 21.000.000,00**, conforme a programação nesta lei, obedece ao seguinte desdobre

55000 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB-R\$	17.0
CT	
56000 - URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.	R\$ 3.00
57000 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBAR\$	50.0
S/A	



58000 - AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO S/A	R\$	200
TOTAL	R\$	<u>21.0</u>

## **TÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12. Os Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários autorizados no exercício financeiro nos limites de seus saldos, segundo o disposto no § 2º, do art. 167, da Constituição Federal, obedecerão à codificação constante nesta lei.

Parágrafo único. Para a reabertura dos créditos adicionais de que trata o caput deste artigo, autorizado a proceder a adequação da codificação dos elementos de despesas com as respectivas conforme estabelece o Plano de Contas da Receita e da Despesa, contido na Instrução Técnica 2003, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas atualizações.

Art. 13. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.